

REQUERIMENTO Nº DE 2016

(Do Sr. Vinicius Carvalho)

Requer a realização de audiência pública para debater o ingresso, a efetividade, a matriz curricular para a formação básica, treinamento e cursos de especialização, dentre outros requisitos, com a presença dos representantes das entidades que especifica.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., nos termos regimentais, a realização de audiência pública para debater o ingresso, a efetividade, a viabilidade de padronização da matriz curricular para formação básica, treinamento, cursos de especializações, pré-requisitos objetivos de formação e treinamento para habilitação para promoção e formação de gestores com vista aos estudos a respeito da unificação das policias, com a presença de representantes das entidades abaixo nominadas:

JUDICIÁRIO.

- a) Representante do Conselho Nacional de Justiça - CNJ;
- b) Presidente do STF;
- c) Presidente do STM;
- d) Presidente do STJ;
- e) Representante da Magistratura Estadual (presidente do TJSP);
- f) Representante da Magistratura Federal (presidente do TRF1); e
- g) Ex-Ministro do STF Cesar Peluso.

MINISTÉRIO PÚBLICO.

- a) Representante do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP;
- b) Representante da 7ª Câmara da Coordenação e Revisão (Controle Externo da Atividade Policial e Sistema Prisional) – Ministério Público Federal;
- c) Representante do Ministério Público da Justiça Militar; e
- d) Representantes de Ministério Público Estadual.

JUSTIFICAÇÃO

Considerando que uma das metas dos extensos trabalhos desta Comissão é estudar e apresentar propostas de Unificação das Polícias Civis e Militares, é indispensável mapearmos as convergências e as discrepâncias entre a cultura que permeia as polícias civis e militares, suas matrizes curriculares para a formação básica, treinamento, cursos de especializações, pré-requisitos objetos de formação e treinamento para habilitação, promoção e formação de gestores destas duas forças policiais, objetivando diagnosticarmos o grau de dificuldade em unificá-las, sem perder a qualidade do serviço prestado à população brasileira.

Assim sendo, é imprescindível que os representantes das entidades acima indicadas possam comparecer a esta Comissão para prestarem seus depoimentos e conhecimentos, os quais muito contribuirão para esclarecer as questões postas, razão pela qual peço o apoio de todos na aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, em 15 de fevereiro de 2015.

DEPUTADO VINICIUS CARVALHO PRB-SP.